

Informativo

MP Memória

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO MARANHÃO
BIBLIOTECA



ANO I - Nº 1 - SÃO LUÍS, MARANHÃO - DEZEMBRO DE 2005

Fachada do Memorial
do Ministério Público

Programa Memória: origem, objetivos, conteúdo e próximas ações

Mediante a Portaria Nº 2.447, de 26 de dezembro de 2002, do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, foi nomeada uma "Comissão Coordenadora da Memória do Ministério Público do Estado do Maranhão", composta pelo Procurador de Justiça João Raymundo Leitão (Coordenador), pelo Promotor de Justiça Washington Luiz Maciel Cantanhêde, pela Diretora da Biblioteca da PGJ Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos e pela Chefe da Assessoria de Comunicação da PGJ Waldenice Oliveira. Pouco depois, a Comissão teve sua composição ampliada, com a designação do Procurador de Justiça Reinaldo Campos Castro para integrá-la. Começava o PROJETO MEMÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

O trabalho de resgate da memória institucional, confiado à Comissão, teve início em 2003, mas sem diretrizes claras, por isso que executado com muita dificuldade naquele ano inicial. Em dezembro, foi apresentado o primeiro dos resultados do referido Projeto: o volume inaugural da série "Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história",

intitulado *Marcos Legais*, uma coletânea da legislação de regência do Ministério Público Estadual ao longo de todo o período republicano.

Horizontes mais largos, todavia, já se delineavam em 12 de dezembro de 2003, no lançamento do livro *Marcos Legais*, por ocasião das comemorações alusivas ao Dia Nacional do Ministério Público (14 de dezembro), quando foi realizada farta distribuição de exemplares da obra aos membros da Instituição e convidados presentes na solenidade realizada no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. Estavam claros quais os passos do Projeto Memória em 2004:

- montagem e inauguração do Memorial do Ministério Público;
- publicação do segundo volume da série "Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história", com transcrição da correspondência dos promotores públicos do Império, existente no Arquivo Público do Estado;
- publicação do conteúdo do primeiro volume

em sítio específico do portal da Procuradoria Geral de Justiça na Internet;

d) distribuição gratuita de exemplares do referido trabalho não só aos membros do Ministério Público Estadual, às autoridades e aos dirigentes de outros Ministérios Públicos, mas a entidades de referência em pesquisa, nacionais e estrangeiras, assim como a entidades culturais maranhenses sem fins lucrativos, com recomendação para que os colocassem à venda, a fim de permitir o acesso do grande público ao conteúdo da obra;

e) instituição do concurso de monografias sobre a Instituição; e

f) implementação de uma política de proteção e recuperação da documentação histórica da Instituição, existente no próprio arquivo e em outros arquivos oficiais, já esboçada com a previsão de um convênio entre a Procuradoria Geral de Justiça e o Arquivo Público do Estado, cuja minuta chegou a ser elaborada.

Em março de 2004, foi elaborada uma minuta de proposta de resolução transformando o Projeto Memória em programa, portanto com atuação permanente. Discutida e aprovada na Comissão, com poucas emendas, foi encaminhada ao Exmo. Sr. Procurador-Geral, que, adotando-a como proposta, apresentou-a, depois, ao Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça. Finalmente, em sessão realizada no dia 8 de junho, foi a proposta de resolução aprovada no Colégio de Procuradores, recebendo o Nº 04/2004 (publicada no Diário da Justiça de 16 de junho), instituindo, como manifestações do Programa:

I - o Memorial do Ministério Público Estadual, espaço para a exposição de objetos, obras de arte e documentos destinados à evocação da história da Instituição, localizado em imóvel determinado pelo Procurador-Geral de Justiça;

II - o Concurso Celso Magalhães de Monografias, regulamentado mediante portaria do Procurador-Geral de Justiça e editado anualmente pela Comissão Gestora do Programa, que escolherá tema pertinente à área de abrangência das ciências sociais, notadamente história, direito, sociologia e comunicação social, contemplando as seguintes categorias:

a) Estudante de Nível Médio, com a outorga do Prêmio Promotora Pública Conceição Mota ao primeiro colocado;

b) Estudante de Nível Universitário, com a outorga do Prêmio Promotora Pública Aurora Correia Lima ao primeiro colocado;

c) Profissional, com a outorga do Prêmio Promotora Pública Arcelina Mochel ao primeiro

colocado;

III - o Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá, com publicações alusivas aos trabalhos desenvolvidos ou selecionados no âmbito do Programa; e

IV - a Política de Conservação e Preservação da Documentação Institucional, com normas gerais editadas pela Comissão Gestora do Programa.

Seguiu-se, em obediência à Resolução, a elaboração de minuta do regulamento do Concurso de Monografias, que, adotada pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral, foi editada como Portaria Nº 2.202, de 23 de setembro, publicada no Diário da Justiça de 30 de setembro de 2004.

Fruto do trabalho desenvolvido ao longo de 2004, o Memorial foi instalado no Dia Nacional do Ministério Público, 14 de Dezembro, data em que, para marcar o evento, lançou-se o caderno intitulado *MP Memória*, edição comemorativa da apresentação

do Programa Memória. A ocasião serviu também para marcar a inserção, no portal da PGJ na Internet, da página do Programa Memória, exibindo todo o conteúdo da primeira publicação, o livro *Marcos Legais*, de 2003.

Ainda em 2004, foi publicado o livro *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império* (tomo 1), primeira obra do Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá, que, por não ter sido impresso a tempo, devido a problemas técnicos, teve sua distribuição, pela Biblioteca da PGJ, iniciada somente no final de dezembro, primeiramente para os membros da Instituição.

Em 2005, avançou-se no trabalho de pesquisa e transcrição da correspondência dos promotores públicos do Século XIX, mas, em razão da natural lentidão com que o trabalho é feito, não foi possível dar seqüência às publicações da série, estando previsto para o início de junho de 2006 o lançamento do tomo 2/1ª parte, compreendendo o período de 1842 a 1856, e, para dezembro de 2006, do tomo 2/2ª parte, referente ao período de 1857 a 1871.

O Concurso de Monografias teve sua primeira edição em 2005, mas passará por ajustes para a versão de 2006, de forma a contar com ampla participação de estudantes e profissionais como candidatos (veja matéria na página 8).

Quanto ao Memorial, foi bastante visitado em 2005, funcionando como principal vitrine do Programa Memória durante o ano, situação que deverá prolongar-se por 2006, quando passará, inclusive, por incremento de seu acervo (veja matéria na página 7).



Busto de Celso Magalhães, Patrono do MP, exposto no Memorial

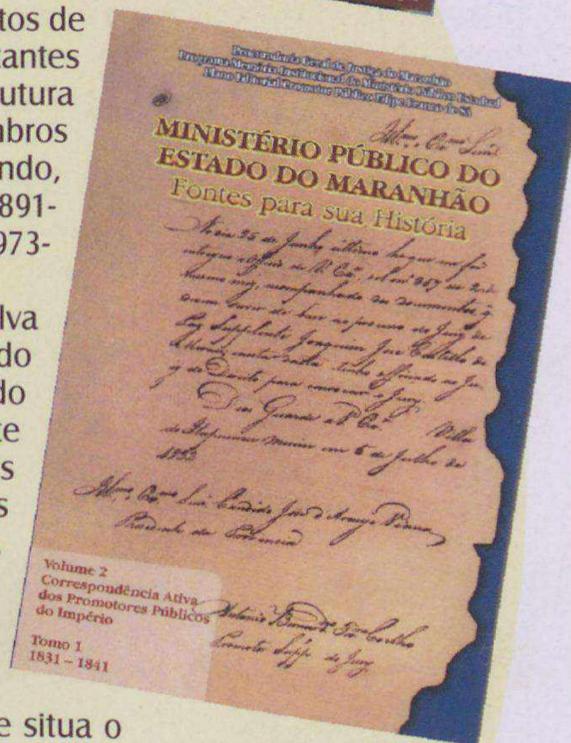
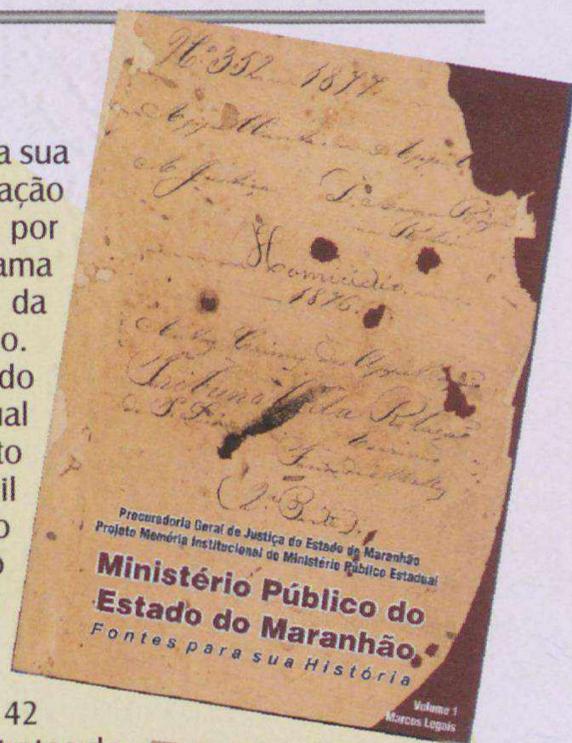
PUBLICAÇÕES

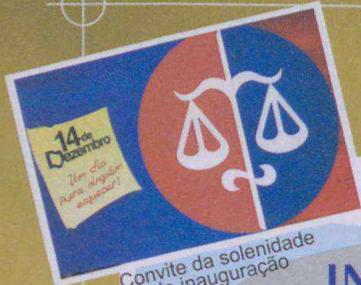
Os livros da série "Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história", vinculados ao Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá, manifestação do Programa Memória Institucional do MP, vêm sendo elaborados integralmente por membros de sua Comissão Gestora, contando com o suporte das historiadoras Surama Freitas e Kelcilene Silva, contratadas pela Procuradoria Geral de Justiça, a pedido da Comissão, para transcrever a documentação histórica do Ministério Público do Maranhão.

Em dezembro de 2003, foi publicado o volume inaugural da série, intitulado *Marcos Legais*, uma coletânea da legislação de regência do Ministério Público Estadual ao longo de todo o período republicano, fruto de pesquisas realizadas durante oito meses naquele ano. O portentoso volume (728 páginas), com tiragem de mil exemplares (editoração eletrônica e impressão pela Lithograf, de São Luís-Ma, sob o patrocínio da Companhia Vale do Rio Doce), veio enriquecido com uma introdução geral sobre as origens e a evolução - em Portugal, no Brasil e, particularmente, no Maranhão - dos cargos isolados que foram o embrião do Ministério Público, situando seu exercício em diversos contextos histórico-sociais e com uma visão que se revelou inovadora em vários pontos. Contém, ainda, 65 páginas de ilustrações, 42 monocromáticas e 23 em policromia, com reprodução de documentos históricos e retratos de personalidades que fizeram e fazem a história da Instituição; e, finalmente, nove importantes anexos, expondo o conjunto de normas voltadas para o ambiente interno e a estrutura organizacional do Ministério Público Maranhense, registrando seu quadro de membros efetivos em momentos cruciais da história institucional e, por último, revelando, pioneiramente, a sucessão de todos os seus chefes, Procuradores-Gerais do Estado (1891-1967) e Procuradores-Gerais de Justiça (1967-2003), além dos Corregedores-Gerais (1973-2003).

Durante nove meses, em 2004, as historiadoras Surama Freitas e Kelcilene Silva trabalharam na coleta do material para publicação no segundo volume da série, contendo transcrição da correspondência dos promotores públicos do Império. O livro, intitulado *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império*, apresenta, tecnicamente correta, de acordo com as normas para transcrição e edição de documentos manuscritos do Arquivo Nacional, a transcrição de todos os ofícios, e respectivos anexos, enviados pelos promotores do Maranhão, no período de 1831 a 1841, ao presidente da Província. Trata-se de material sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Maranhão. O período de dez anos enfocado diz respeito ao tempo em que os promotores eram escolhidos mediante critérios em que se destacava a participação do poder político municipal, pois as câmaras de vereadores conduziam a escolha daqueles que exerceriam o cargo. Precedendo a transcrição dos referidos documentos históricos, há uma introdução que situa o leitor desde o final da era colonial no Maranhão, descrevendo os órgãos e a prática da justiça de então, até o momento em que se mostrou criado o ambiente para a reação centralizadora do governo imperial brasileiro (1841). Sucedendo-a, há vários anexos, com transcrição de diplomas legais e outros documentos históricos relacionados à Promotoria Pública daquela época, assim como a relação dos promotores identificados nas correspondências que as câmaras municipais e eles mesmos enviaram para o presidente da Província, e também nas atas das sessões do Conselho Geral da Província. O livro, confeccionado na Lithograf, sob patrocínio do Banco do Brasil S/A, não foi impresso a tempo, devido a problemas técnicos, razão pela qual sua distribuição pela Biblioteca da PGJ, primeiramente para os membros da Instituição, teve início somente no final de dezembro de 2004.

Além da série "Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história", a Comissão Gestora do Programa Memória resolveu publicar, anualmente, o informativo *MP Memória*, sendo esta sua primeira edição. A publicação é resultado da boa acolhida do caderno de apresentação oficial do Programa, sob aquele título, que, por isso mesmo, pode ser considerado sua edição número zero. O caderno contém: apresentação pelo coordenador da Comissão Gestora, entrevista com o Sr. Procurador-Geral, ato de criação do Programa, informações sobre o patrono do Ministério Público, informações sobre o concurso de monografias e seu regulamento, informações sobre o Memorial, o plano editorial e a política documental do Programa, além de texto referente ao Ministério Público de hoje, bem como nominata de seus membros. Tudo ilustrado com fotos e reprodução de gravuras e documentos de grande relevância histórica, como os prédios que abrigaram o Ministério Público desde o Século XIX, além de fotos e outras ilustrações que retratam o patrimônio do MP atual, itens do acervo do seu Memorial e a localização deste no centro histórico da capital. Foi integralmente elaborado por membros da Comissão, com editoração e impressão realizadas na Lithograf. No dia 14 de dezembro de 2004, o caderno, que teve sua confecção patrocinada pela Companhia Vale do Rio Doce, foi distribuído no ato de inauguração solene do Memorial do Ministério Público.





Convite da solenidade de inauguração

INAUGURAÇÃO DO MEMORIAL DO MP

Instalado em espaço obtido pelo Sr. Procurador-Geral de Justiça junto à Gerência de Estado da Região Metropolitana de São Luís, ainda no ano de 2003 (duas salas do térreo de um prédio histórico localizado na Rua do Giz, no Centro Histórico de São Luís do Maranhão, área tombada pela UNESCO como patrimônio da humanidade), o Memorial do Ministério Público foi montado por uma equipe do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, de acordo com as diretrizes traçadas pela Comissão Gestora do Programa Memória e após o trabalho de adequação do espaço pelo setor de engenharia da PGJ.

Contém os seguintes itens no acervo, a maioria já previstos na resolução instituidora do Programa: busto do promotor público Celso Magalhães (1849-1979), patrono do Ministério Público Estadual (confeção confiada ao escultor Eduardo Sereno, indicado pela equipe do Museu, de acordo com gravura da época do falecimento do homenageado); réplica do gabinete do Procurador-Geral do Estado nos anos 1930, então chefe da Instituição (trabalho confiado ao restaurador Flávio Sérgio V. Ferreira, indicado pela mesma equipe, de acordo com documento localizado no arquivo da PGJ); vestes talares dos membros do MP; pintura representando o julgamento da Baronesa de Grajaú pelo Tribunal do Júri de São Luís, em que atuou Celso Magalhães, de acordo com informações colhidas no processo-crime e inspirada na reconstituição literária do fato, constante no romance "Os tambores de São Luís", de Josué Montello (trabalho confiado ao pintor Luís Moraes, também indicado pela equipe do Museu); reprodução de vários documentos importantes para a história do Ministério Público Estadual, pertencentes ao Arquivo Público do Estado e ao arquivo da própria PGJ; galeria dos ex-procuradores-gerais de justiça (1967 a 2004); galeria dos ex-corregedores-gerais do Ministério Público (1973 a 2004); e placa com a relação de todos os procuradores-gerais do estado no período de 1891 a 1967, então chefes do MP. Os três últimos trabalhos tomaram como referência o livro *Marcos Legais*, primeiro da série "Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história", publicado em 2003.

O Memorial foi montado com recursos próprios da PGJ e com recursos oriundos de patrocínio da Companhia Vale do Rio Doce.

A inauguração ocorreu em 14 de dezembro de 2004, Dia Nacional do Ministério Público. Na ocasião, assumiu a coordenação do Memorial a administradora Joana Araújo, servidora pública estadual, cedida pelo Poder Executivo para tal finalidade.

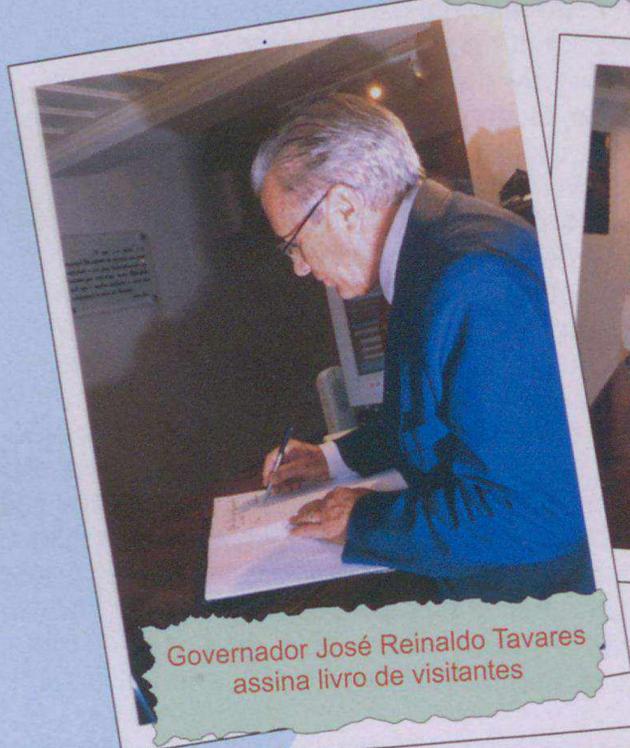
Autoridades, em frente ao Memorial, atentas ao discurso do Procurador-Geral de Justiça



Desenham a fita de inauguração do Memorial: Pres. do Tribunal de Justiça, Pref. de São Luís, Gov. do Estado e Procurador-Geral de Justiça



Descerram a placa o Procurador Raimundo de Jesus e o Prefeito Tadeu Palácio



Governador José Reinaldo Tavares assina livro de visitantes



Prefeito Tadeu Palácio assina livro de visitantes



Procurador-Geral de Justiça ladeado por antecessores

*"Mal falei, mal agi e minhas
palavras e meus atos naufragam
no reino de Memória."*

(Marc Bloch)

DOCUMENTO HISTÓRICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL HÁ 50 ANOS

Caro leitor,

Adiante, você lê a transcrição do relatório referente ao ano de 1955, enviado em janeiro de 1956 pelo Procurador-Geral do Estado, então chefe do Ministério Público, ao Governador do Maranhão, com uma radiografia do "órgão auxiliar da justiça" (documento do Arquivo da Procuradoria Geral de Justiça).

A comparação entre o Ministério Público atual e o Ministério Público daquela época, retratado no relatório com páginas amareladas pela passagem do tempo, revela os avanços obtidos desde então e a importância da caminhada com tal finalidade.

Há cinquenta anos, o Ministério Público Estadual era pouco mais que um indigente na estrutura organizacional do Poder Executivo do Estado do Maranhão. Há cinquenta anos apenas...

Hoje, somos uma Instituição que vive realidade inteiramente diversa - mais favorável, é verdade, porém a exigir, por isso mesmo, perene vigilância e defesa ativa do perfil institucional que nos confere feição própria, sempre em busca de melhorias e aperfeiçoamento.

Que a Memória nos sirva de estímulo para o incessante cumprimento do dever!



Centro histórico de São Luís do Maranhão nos anos 1950

RELATÓRIO APRESENTADO PELO SR. PROCURADOR-GERAL DO ESTADO A S. EXCIA. O SR. GOVERNADOR DO ESTADO - EXERCÍCIO DE 1955 -

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão,

Em cumprimento ao art. 117, nº V, da Lei de Organização Judiciária do Estado e com justificável satisfação, apresento a V. Excia. o relato das atividades do MINISTÉRIO PÚBLICO, sob a chefia da Procuradoria Geral do Estado, durante o ano de 1955.

No presente relatório, poderá V.Excia. aquilatar o número de serviços por ela prestado à sociedade e à justiça.

Não nos é permitido demonstrar aqui o movimento geral do Ministério Público no Interior, por terem, muitos dos promotores, deixado de remeter os dados estatísticos de suas respectivas comarcas, embora insistentemente reclamados por esta Procuradoria. Entretanto, esforçar-nos-emos para apresentar, em síntese geral, o que foi de trabalho, esforço e dedicação por parte dos membros deste Órgão Auxiliar da Justiça.

Ao iniciar o ano em causa, esta Procuradoria convocou os senhores promotores de Justiça para uma reunião, a fim de tratar assuntos afetos ao nosso mister, cuja ata foi publicada em o "Diário Oficial", de 4 de junho do citado ano, e em seguida enviado a todas as comarcas (doc. anexo).

DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Procuradoria Geral

O Procurador-Geral, como nos anos anteriores, auxiliado pelos seus Assistente de Procurador, Procurador-Adjunto e Assistente Judiciário, emitiu parecer em todos os processos que transitaram por esta Procuradoria Geral.

Procuradoria Geral: PESSOAL, SECRETARIA.

O Pessoal desta Procuradoria é composto de funcionários efetivos e extranumerários mensalistas e de servidores por vezes requisitados a outras repartições.

Fazendo parte do quadro efetivo do Ministério Público, temos: 1 Assistente de Procurador, 1 Procurador-Adjunto, 1 Advogado de ofício, 1 Procurador dos Feitos da Fazenda, 1 Assistente Judiciário, 1 Curador de Acidentes do Trabalho, 50 Promotores de Justiça e 42 Adjuntos.

Cidade de S. Luís do Maranhão vista da Ponta de S. Francisco nos anos 1950



Foram criadas no decorrer do ano em causa, pela lei nº 1.353, de 8 de setembro, 3 cargos, sendo 1 de Sub-Curador de Acidentes do Trabalho, 1 Sub-Procurador dos Feitos da Fazenda e 1 de Diretor de Expediente da Procuradoria Geral.

Secretaria: Servindo na Secretaria, se acham 6 funcionários, estando afastados 3: dois (2), à disposição do Tribunal Regional Eleitoral; e 1 (um), prestando serviços no Conselho Penitenciário do Estado.

DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Promotores de Justiça.

Temos, de acordo com a Lei de Organização Judiciária, 50 Promotores de Justiça, assim distribuídos: 4, da 4ª entrância; 5, da 3ª entrância; 11, da 2ª entrância; e 30, da 1ª entrância.

Dos 50 Promotores, 31 são efetivos, distribuídos pelas diversas entrâncias, e 19 são interinos. Substituindo os titulares que se acham afastados de suas comarcas, temos 8 Promotores.

Os mapas anexos demonstram a distribuição acima mencionada.

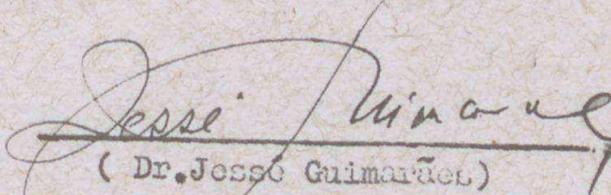
Durante o ano em questão, foram nomeados, em virtude de concurso a que se submeteram, os bacharéis: Ilite Machado Lobo, Herbelina de Jesus Alves, Djalma dos Santos Frazão, e José Pereira Gomes, para as Comarcas, respectivamente, de Buriti, Imperatriz, Loreto e Mirador.

Foram promovidos no decorrer do ano os seguintes Promotores de Justiça, da 1ª entrância para a 2ª entrância: Eurico Bartolomeu Ribeiro, Raimundo Ewerton Paiva, Maria de Lourdes Reis Kedhi, Carlos Botelho Barbosa, José Ribamar Seguins, José de Ribamar Oliveira, José Maria Alves de Carvalho, Clodomir Elouf Simão e Francisco Chaves de Souza, para as comarcas de, respectivamente, Viana, Alcântara, Araióses, São Bento, Cururupu, Pastos Bons, Alto Parnaíba, Bacabal e Itapecuru-Mirim.

Da 2ª para 3ª entrância, foram promovidos os Promotores: Amandino Teixeira Nunes e José Bento Nogueira Neves, para as comarcas de Caxias - 2ª promotoria e Codó.

Os mapas anexos demonstram os pareceres emitidos por esta Procuradoria e o movimento administrativo da Secretaria.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Excia. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


(Dr. Jesse Guimarães)
Procurador Geral do Estado



DIÁRIO DA JUSTIÇA. ANO VII - S. LUÍS - MARANHÃO - SÁBADO, 4 DE JUNHO DE 1955
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

No dia de ontem, vinte e seis (26), do mês fluente, nesta Procuradoria Geral, em conjunto com os Drs. Clodoaldo Cardoso, Fernando Perdigão e o Sr. Procurador Geral do Estado, houve uma reunião em que tomaram parte os senhores Promotores de Justiça da Capital e os do Interior que se encontravam presentes em São Luís, na data supra.

Iniciada às dez horas, prolongou-se até ao meio dia e, nela, foram debatidos, dentro do mais amplo espírito de liberdade, vários assuntos relacionados com a Procuradoria Geral e os senhores Promotores de Justiça, bem como vários outros problemas de interesse do próprio Ministério Público.

Na referida reunião, constituíram-se em duas partes [os] assuntos estudados: a) deliberações tomadas; b) sugestões apresentadas.

Das Deliberações

Esta Procuradoria Geral, em consonância com a opinião unânime de todos os presentes, com as devidas ponderações apoiou as deliberações que se seguem:

1ª) Todos os funcionários da Procuradoria, Promotores de Justiça da Capital e do Interior, deverão registrar na Secretaria da Procuradoria os seus endereços completos nesta Capital. Tendo ou não, pede-se aos senhores Promotores de Justiça do Interior o favor de comunicarem, verbalmente ou por escrito, a esta Procuradoria.

2ª) Fora das épocas regulares, a vinda ou permanência de Promotores do interior nesta Capital não será permitida sem expressa autorização da Procuradoria Geral, que, no entanto, não medirá esforços para, na medida do possível, atender as solicitações que lhe foram encaminhadas.

3ª) Que cada Promotor de Justiça, na comarca em que estiver servindo, intensifique as cobranças do executivo fiscal, do Estado e da União.

4ª) Que dispensem os senhores Promotores o máximo zelo em defesa das terras devolutas do Estado no interior, por onde correm processos em que referidas terras são, sabidamente, do Estado e, no entanto, por descuido e falta da necessária vigilância do representante do Ministério Público, o Estado vai ficando, dia a dia, sem suas terras. Faz-se mister, portanto, todo empenho dos senhores Promotores de Justiça do Interior, na defesa dos interesses do Estado nesse particular.

5ª) Que, de conformidade com o que preceitua a Lei de Organização Judiciária, sejam enviados a esta Procuradoria Geral os relatórios semestrais a que estão obrigados, pela referida lei, os senhores Promotores de Interior. Ainda e de acôrdo com a Lei da Organização Judiciária, no caso de qualquer dúvida que, por ventura, tenham os senhores Promotores do Interior, seja esta Procuradoria Geral consultada para oferecer as elucidações cabíveis à espécie.

Sugestões Apresentadas:

1ª) Pelo Dr. José Joaquim Ramos Figueiras, Promotor Público da comarca de Itapecuru-Mirim, presentemente à disposição da Procuradoria Geral, foi proposta a fundação, neste Estado, da Associação do Ministério Público, da qual farão parte todos os promotores de Justiça, a exemplo que há acontecido em outros Estados

da Federação. Trata-se, evidentemente, de uma idéia bastante oportuna, e, para tanto, ficam incumbidos os Drs. Figueira, José Bento Neves e João Albino Sousa, da elaboração dos Estatutos, trabalho esse que será supervisionado pelos Drs. Clodoaldo Cardoso e Fernando Perdigão.

2ª) O Dr. João Albino, promotor público da Capital, sugeriu a necessidade da criação de uma carteira de identidade (oficial) para membros do Ministério Público. Ficou o Sr. Procurador Geral de examinar o assunto e tomar as providências que lhe fossem possíveis.

3ª) Ainda o Dr. João Albino suscitou aos presentes a imperiosa necessidade da codificação do Ministério Público, a exemplo do que existe em outros Estados, em que os membros do Ministério Público são orientados pelo seu próprio código. Ficou o titular da sugestão encarregado de oferecê-la por escrito, para ser melhor apreciada.

4ª) O Dr. José Bento Neves lembrou a necessidade do fornecimento de papel, timbrado ou não, aos senhores promotores do Interior, que, a não ser para as ações do executivo fiscal, o papel das petições e outros mais [é] custeado às expensas dos promotores. O Sr. Procurador Geral prometeu interferir junto ao sr. Diretor da Imprensa Oficial para, na medida do que dispõem as verbas nesse particular, solucionar o assunto, ficando os promotores na obrigação de solicitarem, com parcimônia, pessoalmente ou por correspondência, a quantidade imprescindível às suas necessidades em cada comarca.

Assuntos Diversos

1º) A Secretaria da Procuradoria providenciará em breve a remessa, aos senhores promotores em geral, de uma folha (ficha individual de funcionário) para ser preenchida e devolvida a esta Procuradoria, onde será arquivada.

2º) Para que todos tenham ciência das principais ocorrências havidas na referida reunião, seja publicada [a ata] na Imprensa Oficial desta Capital, e remetido um exemplar do Diário Oficial a todos os interessados.

Finalizando a reunião, que, aliás, foi classificada de bastante proveitosa, o Sr. Procurador Geral, em palavras sucintas, manifestou o desejo de promover, sempre que possível, reuniões dessa natureza, conjunto com os seus auxiliares. Frizou que receberá, sem qualquer restrição, críticas e sugestões, pois essa medida é, a seu ver, um bom caminho para corrigir suas falhas, involuntárias ou não, e dar a todos os assuntos uma feliz solução na administração do encargo que ora exerce.

Por último, mais uma vez, fez o Sr. Procurador Geral veemente apelo aos seus colegas, quer da Capital, quer do Interior, para que não vissem nas suas palavras outro mais que o único e exclusivo desejo de ver o cumprimento das determinações a que ele e todos os seus auxiliares estão vinculados, por força do que estabelece a vigente Lei da Organização Judiciária.

S. Luís, 27 de janeiro de 1955.

Luiza Rodrigues

Visto:

Jessé Guimarães

Procurador Geral do Estado

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 1955 APRESENTADO PELO PROCURADOR-GERAL AO GOVERNADOR DO ESTADO

ANEXO Nº 1

PROMOTORES EFETIVOS	COMARCA	ENTRÂNCIA	OBS.
1 - Bel. José Ribamar S. Pereira	S. Luís	4ª	1º Promot.
2 - Bel. Aurora C. Lima Félix	S. Luís	4ª	2º Promot.
3 - Bel. João Albino A.C. Sousa	S. Luís	4ª	3º Promot.
4 - Bel. Maria Conceição A. Mota	S. Luís	4ª	4º Promot.
5 - Bel. Raimundo N.C.Araújo Neto	Caxias	3ª	1º Promot.
6 - Bel. Amandino Teixeira Nunes	Caxias	3ª	2º Promot.
7 - Bel. José Bento Nogueira Neves	Codó	3ª	
8 - Bel. Aderson Carvalho Lago	Pedreiras	3ª	
9 - Bel. José Maria Alves Carvalho	Alto Parnaíba	2ª	
10 - Bel. Clodomir Elouf Simão	Bacabal	2ª	
11 - Bel. Raimundo Ewerton Paiva	Alcântara	2ª	
12 - Bel. Maria Lourdes Reis Kedhi	Araíóses	2ª	
13 - Bel. José Ribamar Seguíns	Cururupu	2ª	
14 - Bel. Francisco Chaves Sousa	Itapecuru-Mirim	2ª	
15 - Bel. Murilo Lebre Travassos	Rosário	2ª	
16 - Bel. Carlos Alberto B. Barbosa	S. Bento	2ª	
17 - Bel. José Gonçalves Cordeiro	Timon	2ª	
18 - Bel. Eurico Bartolomeu Ribeiro	Viana	2ª	
19 - Bel. José Ribamar Oliveira	Pastos Bons	2ª	
20 - Bel. João de Deus Soares	Barão de Grajaú	1ª	
21 - Bel. Paulo Tarso da Fonseca	Balsas	1ª	
22 - Bel. Ilite Machado Lobo	Buriti	1ª	
23 - Bel. Joaquim Facure Ferreira	Carutapera	1ª	
24 - Bel. José Ribamar S. Coelho	Coelho Neto	1ª	
25 - Bel. Elimar Figueiredo A. Silva	Chapadinha	1ª	
26 - Bel. Jessé Guimarães	Grajaú	1ª	
27 - Bel. Herbelina Jesus Alves	Imperatriz	1ª	
28 - Bel. Djalma Santos Frazão	Loreto	1ª	
29 - Bel. José Pereira Gomes	Mirador	1ª	
30 - Bel. Francisco Assis S. Coelho	Ribamar	1ª	
31 - Bel. José Freitas Dutra	Tutóia	1ª	

ANEXO Nº 2

PROMOTORES INTERINOS	COMARCA	ENTRÂNCIA
1 - Clóvis Pereira Ramos	Bel. Vargem Grande	1ª
2 - Nilo Cruz	Bel. Icatu	1ª
3 - Adónias Lucas Lacerda	Bel. Passagem Franca	1ª
4 - Heitor H. Carvalho	Bel. Carolina	1ª
5 - Juvenil A. Ewerton	Bel. Guimarães	1ª
6 - Arthur Almada L. Filho	Bel. Brejo	1ª
7 - João Américo Sousa	Bel. Monção	1ª
8 - Leovegildo F. da Silva	Bel. Vitória do Mearim	1ª
9 - Aguinaldo S. Teixeira	Bel. Parnarama	1ª
10 - Rui Façanha de Sá	Bel. Penalva	1ª
11 - Luís Martins Neto	Acad. Colinas	1ª
12 - Daniel Nog. da Cruz	Acad. Humberto de Campos	1ª
13 - Magno Sousa Lima	Acad. S. Vicente de Ferrer	1ª
14 - Nywaldo M. Guimarães	Acad. Turiaçu	1ª
15 - Orlando Antonio Bertrat	Acad. Vitorinô Freire	1ª
16 - José Guimarães Filho	Acad. Pinheiro	1ª
17 - Eurico Arruda Filho	Acad. Barra do Corda	1ª
18 - Orville Almeida Silva	Acad. Presidente Dutra	1ª
19 - Sebastião Brito	Acad. Carutapera	1ª

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 1955 APRESENTADO PELO PROCURADOR-GERAL AO GOVERNADOR DO ESTADO

ANEXO Nº 3

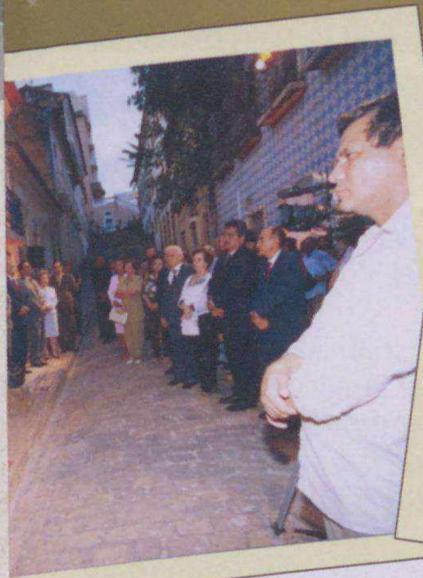
PROMOTORES SUBSTITUTOS	COMARCA
1 - Acad. Antonio Rosendo Neto	Codó
2 - Acad. Abelardo Teixeira Nunes	Carutapera
3 - Acad. Francisco Chagas Mendes	Chapadinha
4 - Acad. Temístocles C. Teixeira	Mirador
5 - Sr. Felipe Barros Lima	Grajaú
6 - Sr. Levindo Sousa Milhomem	Imperatriz
7 - Acad. José Ribamar C. B. Pedrosa	Tutóia
8 - Acad. Luís Augusto Guterres	Vitória do Mearim

DEMONSTRAÇÃO DO MOVIMENTO ADMINISTRATIVO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO no decorrer do ano de 1955

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Ofícios recebidos	107
Ofícios expedidos	221
Telegramas recebidos	89
Telegramas expedidos	74
Atestados	54
Portarias	29
Termos de compromisso e posse	39
Certidões	21
Requerimentos de férias	

DEMONSTRAÇÃO DO MOVIMENTO DE PARECERES EMITIDOS PELA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO no decorrer do ano de 1955

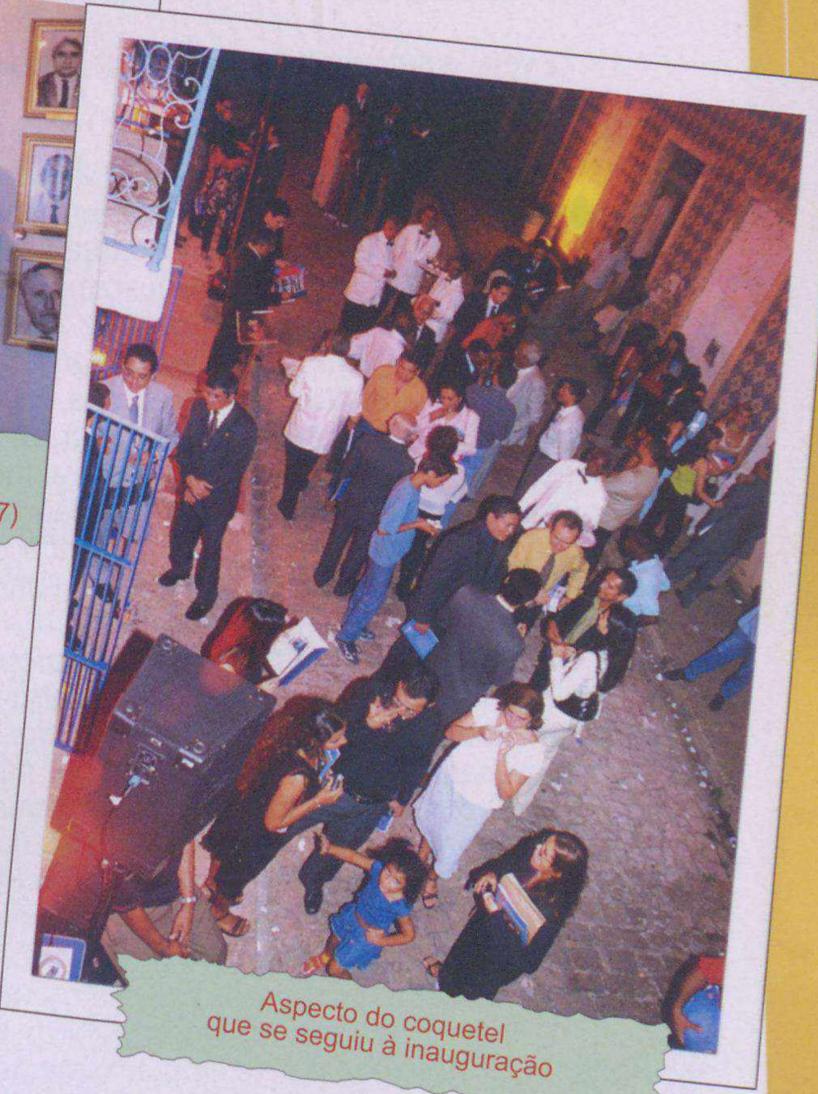
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Apelação cível	36
Reclamação cível	13
Despacho	2
Agravo de Petição	12
Mandado de Segurança	10
Desquite	19
Apelação crime	20
Recurso crime	30
Habeas corpus	3
Inquérito policial	33
Requerimento de desaforamento	3
TOTAL:	181



Placa de inauguração do Memorial:
Mundo Nonato de Carvalho Filho,
Governador José Reinaldo Tavares
e Advogado Milson Coutinho



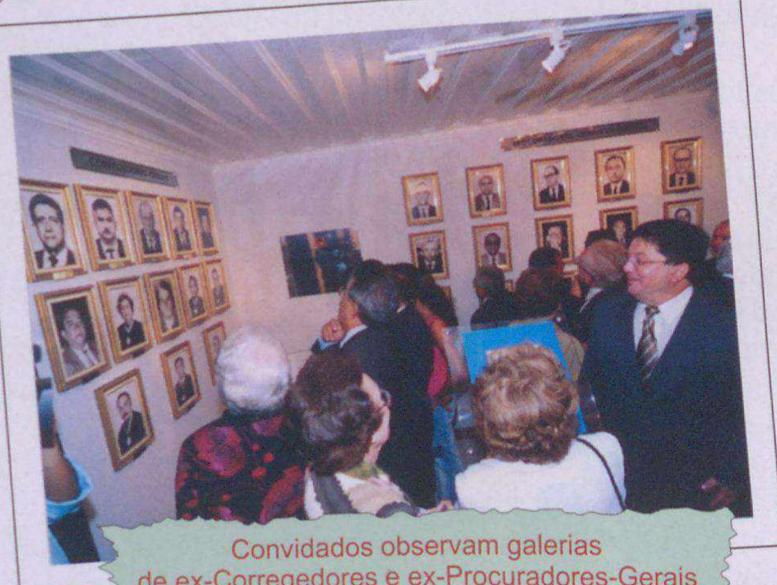
Descerramento da placa com a nominata
dos ex-Procuradores-Gerais do Estado (1891-1967)



Aspecto do coquetel
que se seguiu à inauguração



Antes



Convidados observam galerias
de ex-Corregedores e ex-Procuradores-Gerais



Procurador de Justiça João Raymundo Leitão
(3º à esquerda), então Corregedor-Geral do Ministério
Público, ladeado por antecessores



Responsáveis pela montagem do Memorial:
membros do Ministério Público e funcionários
da Instituição com artistas de São Luís

Discurso de Inauguração do Memorial do MP

proferido pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça,
Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho

"O Tempo é o Senhor da História". Mais que uma citação, esta frase indica uma verdade inabalável: somente a ponderação dos anos torna possível desvendar o papel dos homens e das instituições. O Ministério Público do Maranhão adota essa certeza como norte e passa a reverenciar os exemplos ancestrais para melhor definir seu futuro.

A inauguração do Memorial do Ministério Público maranhense na data nacional da instituição é mais que um símbolo; é um ritual de confirmação. Confirmação de que o Ministério Público não é uma organização que surge de inopino, mas que é construída pelos exemplos históricos de luta cidadã pelas liberdades.

A construção do Ministério Público que hoje temos, passa pela percepção da sociedade de que era preciso instituir um órgão que reclamasse a Justiça e defendesse os interesses da coletividade. Não é recente essa demanda: a figura de Procurador da Justiça vem do tempo de D. João I, sendo definido pelas Ordenações Afonsinas, no distante ano de 1446, como aquele que devia se incumbir de tarefa assim descrita:

"E veja, e procure bem todos os feitos da Justiça, e das Viúvas, e dos Orphãos, e miseráveis pessoas, que a Nossa Corte vierem".

O Ministério Público é a soma de todos os valorosos exemplos de homens e mulheres que envergaram suas vestes talares como quem veste um hábito monástico ou como quem se prepara para a batalha, com a armadura reluzente da Verdade e da Justiça. Por essa razão é que projetar o futuro do Ministério Público é, em parte, projetar o futuro das realizações da própria cidadania e da busca permanente pela autonomia democrática de seus desejos mais legítimos.

Daí a importância e a oportunidade, neste início de novos século e milênio, de se criar e desenvolver o resgate da historiografia do Ministério Público, parte significativa da História maranhense e nacional.

O Programa Institucional Memória do Ministério Público, iniciado como projeto ainda no ano de 2003, foi institucionalizado como ação permanente através da Resolução nº 04/2004, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça e é de permanência e persistência que ele se alimenta.

Persistência como a de sua Comissão Gestora, tenazmente presidida pelo Procurador de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público Dr. João Raymundo Leitão e composta pelo Procurador de Justiça Dr. Reinaldo Castro, pelo Promotor de Justiça e literato Dr. Washington Cantanhede e pelas servidoras Maria dos Remédios e Wal Oliveira, operosas secretárias da equipe.

Persistência e permanência de propósitos que reconhecemos também em nossos parceiros nesse empreendimento a quem publicamente registramos nossos sinceros agradecimentos pelo espírito companheiro do Governo do Estado, da Companhia Vale do Rio doce e do Banco do Brasil.

Homenagear os exemplos históricos não é apenas registrá-los, mas estudá-los e compreendê-los. Com essa perspectiva, o Programa Memória do MP apresenta quatro grandes vertentes:

1º) Este Memorial, como espaço físico da memória institucional, possibilitando a visitação e, com ela, a franca e constante interação entre nossa História e cada cidadão, destinatário de nossas atividades;

2º) o concurso CELSO MAGALHÃES de monografias, oportunidade pela qual o Ministério Público se colocará, a partir do ano que vem, como objeto de investigação científica, propiciando a pesquisa de sua estrutura, de suas estratégias e de seus valores, sempre com o ideal de aprimoramento e otimização de seus resultados;

3º) o Plano Editorial Promotor Público Felipe Franco de Sá, destinado a promover as publicações das obras selecionadas ou organizadas pelo Programa Memória do MP; e,

4º) a Política de Preservação e Conservação de Documentos Institucionais, estabelecendo estratégias, melhor guarda e arquivo do conteúdo documental de nossa História.

O espaço do Memorial que hoje inauguramos, Senhor Governador, é ao mesmo tempo templo, onde a ancestralidade recebe merecida reverência, e também espaço de acolhida, quase como o ambiente doméstico, cotidiano, onde as lutas pela Democracia e dignidade de nossos cidadãos são tecidas. É, então, um espaço que podemos chamar de nossa casa. Uma casa despida da formalidade dos prédios oficiais e acrescida do calor humano em que as lembranças de momentos difíceis, de consolidação institucional, confraternizam com as alegrias das conquistas aqui obtidas.

E é no clima acolhedor dessa nossa casa, Senhor Governador, que ousamos colher da oportunidade para reivindicar o uso da parte superior deste imóvel a fim de ali situar espaço de prestação de serviços comunitários do Ministério Público, com a intenção de tornar o Memorial também um local de desenvolvimento da cidadania.

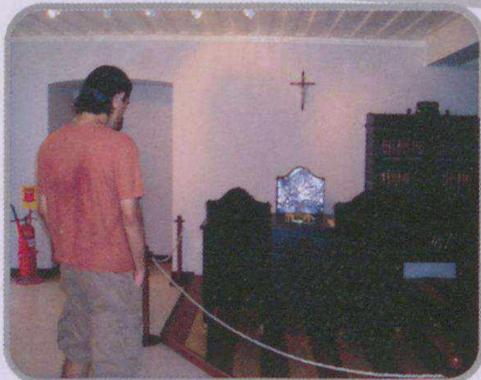
No último dia 8 - Dia da Justiça - foi promulgada a Reforma do Ministério Público e do Judiciário. Novos horizontes organizacionais se vislumbram e, ainda esta vez, os exemplos do passado devem balizar as reflexões vindouras.

É no espaço dessa nossa nova casa, que abrimos fraternalmente a todos os cidadãos, onde se estabelece o pensamento de toda uma vida institucional: o Ministério Público só é forte, pela força de seus membros e servidores e a força destes advém única e tão somente de seu compromisso com os interesses sociais.

Que essa força supere os entraves que teimam em recrudescer, abrindo espaço para um Ministério Público cada vez mais parceiro da cidadania, sendo eficaz e comprometida ferramenta das lutas democráticas, para a honra de seu passado e para o sucesso de seu futuro.

Muito Obrigado!

MEMORIAL DO MP: PRIMEIRO ANO



O Memorial do Ministério Público do Maranhão registrou, no período de 14 de dezembro de 2004 a 7 de dezembro de 2005, um total de 1.243 visitantes. Além de turistas nacionais, conheceram o espaço pessoas procedentes da Itália, Suíça, Alemanha, Estados Unidos, Paraguai, Espanha, Portugal, Inglaterra, Austrália,

França e Uruguai. A servidora Joana Araújo manteve contato com guias turísticos para a inclusão do Memorial no circuito das visitas ao Centro Histórico. Visitaram, ainda, o Memorial alunos de diversas escolas da capital.

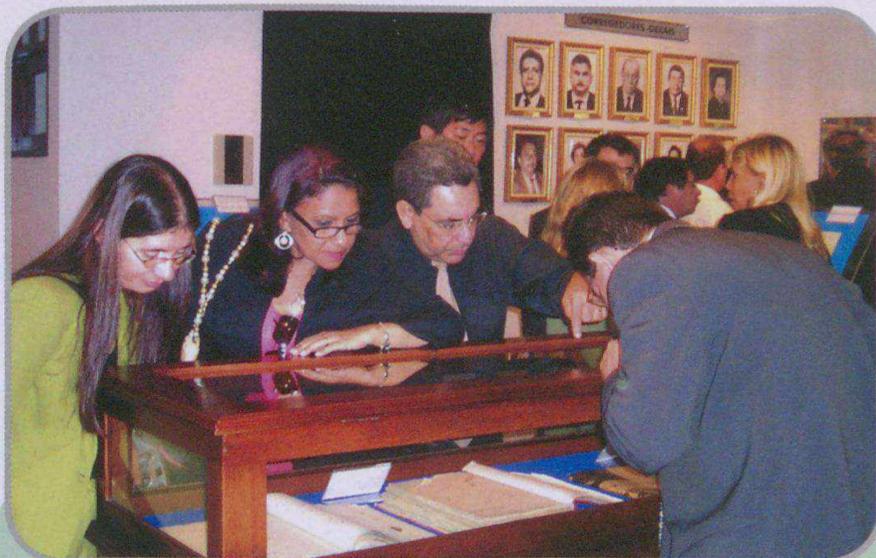
O Memorial do Ministério Público foi palco, no último dia 17 de novembro, do lançamento do Relatório da Pesquisa *Escola: Direito da Criança. Dever de Todos Nós* e da publicação "Marcos Legais de Proteção à Infância", evento realizado pela Rede Interinstitucional pela Educação Básica (RIEB/MA), que contou com a presença da representante da Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier e do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho.



Acompanhada do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, visitou o Memorial, em junho deste ano, a Procuradora de Justiça do Amapá, Dra. Raimunda Clara Banha Picanço. A Procuradora veio conhecer a experiência do Programa Memória Institucional do MP maranhense. O objetivo é criar espaço semelhante no MP do Amapá.



A Secretaria Municipal de Turismo de São Luís, que mantém o Programa "Informantes Jovens", disponibilizou um estagiário para prestar atendimento aos visitantes do Memorial. Os integrantes do grupo participaram de palestra sobre o Ministério Público no Memorial.



Os Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos estaduais visitaram o Memorial por ocasião do Encontro Nacional realizado em São Luís nos dias 24 e 25 de fevereiro deste ano (foto acima). Também conheceram o local os presidentes das associações dos membros dos MPs de todo o país durante evento nacional realizado em São Luís no dia 18 de junho.

DR. LEITÃO INTEGRA GALERIA DE EX-CORREGEDORES

Com o término do mandato do Procurador de Justiça João Raymundo Leitão à frente da Corregedoria Geral do Ministério Público, em abril de 2005, a galeria dos ex-corregedores ganhou mais um quadro, com a foto do ilustre membro da Instituição, coordenador da Comissão Gestora do Programa Memória



Se você é estudante de nível médio, Universitário ou Profissional nas áreas de ciências-jurídicas, humanas e sociais, participe!

CONCURSO CELSO MAGALHÃES DE MONOGRAFIAS
Período de inscrição:
De 1º a 31 de outubro de 2005



CONCURSO DE MONOGRAFIAS: AJUSTES PARA 2006

A primeira edição do Concurso Celso Magalhães de Monografias ocorreu em 2005 com o tema "História do Ministério Público do Maranhão: perfil da Promotoria Pública de 1831 a 1841 - estudo comparativo com as funções atuais da Instituição". A escolha desse tema visou à valorização do material de pesquisa já produzido pelo Programa Memória através das publicações do seu Plano Editorial, principalmente o volume 2/tomo 1 da coleção "Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história", intitulado *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império no período de 1831 a 1841*.

Obtido o patrocínio do Bradesco para a premiação do melhor trabalho em cada uma das três categorias do certame (estudante de nível médio, estudante universitário e profissional) e publicado o edital do concurso, foi realizada a divulgação que se revelou possível, haja vista a carência de recursos para tal finalidade (utilizaram-se cartazes e folders, divulgados somente nos meses de agosto e setembro). Iniciado o período de inscrições (outubro), ao mesmo tempo era constituída a Comissão Julgadora, constituída pela Procuradora de Justiça aposentada Elimar Figueiredo de Almeida Silva, pelo Procurador de Justiça José Antônio Oliveira Bents, pelo Promotor de Justiça Cassius Guimarães Chai, pelo escritor Jomar Moraes e pela professora universitária (historiadora) Antônia da Silva Mota.

Inscreveu-se somente um candidato, na categoria de estudante universitário, o qual, certamente em decorrência do exíguo tempo para elaboração de sua monografia, não obteve a pontuação necessária para fazer jus ao prêmio.

Por conseguinte, ficaram os recursos obtidos para a premiação reservados para a edição de 2006 do Concurso, quando deverão ser feitos os necessários ajustes, desde a divulgação com a necessária clareza, por meios variados, com suficiente intensidade e a partir dos primeiros meses do ano, até a definição de um tema que seja auto-explicativo - exigências que, descumpridas, contribuíram, evidentemente, para o insucesso da competição.

Informativo anual do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Maranhão

Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Procurador-Geral de Justiça

Ambrósio Guimarães Neto
Diretor-Geral

Márcio Thadeu Silva Marques
Promotor de Justiça
Secretário para Assuntos Institucionais

Comissão Gestora do Programa:
João Raymundo Leitão
Procurador de Justiça
Coordenador

Reinaldo Campos Castro
Procurador de Justiça
Washington Luiz Maciel Cantanhêde
Promotor de Justiça
Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora da Biblioteca
Waldenice Oliveira Almeida
Coordenadora de Comunicação

Pesquisa e textos: Washington Cantanhêde
Concepção do formato e seleção de fotos: Washington Cantanhêde, Maria dos Remédios Santos e Waldenice Oliveira
Edição e Impressão: Unigraf (São Luís-MA)

Procuradoria Geral de Justiça
Rua Osvaldo Cruz, 1396 Centro - São Luís - MA
CEP: 65010-120
Fone: (98) 32191600
Homepage: www.pgj.ma.gov.br

Programa Memória
Homepage: www.pgj.ma.gov.br/memorial

Memorial do Ministério Público do Maranhão
Rua do Giz, 66 Praia Grande São Luís - MA
Fone: 98 3231-2943